

Ação Crítica lança boletim semanal

A partir deste primeiro número, a Ação Crítica lançará toda segunda-feira um boletim com comentários e avaliações de acontecimentos importantes da atualidade. Também publicaremos links para matérias e artigos que consideremos interessantes. Eventualmente, poderemos fazer publicações extraordinárias no intervalo entre um número e outro do boletim semanal.

O objetivo desta iniciativa é contribuir para o debate político nacional e para o necessário processo de reorganização da esquerda brasileira.

Tarso Genro só precisa abandonar essa idéia de “refundar o PT”

Sem entrar na luta interna do PT, que não nos cabe nem interessa, a Ação Crítica gostaria de trazer para o debate algumas considerações sobre o posicionamento do ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, expresso na última terça-feira, dia 12, em um debate realizado na UERJ, e [repercutido pela mídia](#).

Tarso fez duras críticas ao governo Dilma e ao PT, afirmando que o ajuste fiscal que está sendo feito pelo Governo é um “ajuste tradicional, que gera, um constrangimento impossível de ser digerido”. Sobre o PT, Tarso disse: “Nós, que somos minorias dentro do partido, não temos ninguém a nos opor, porque não há hegemonia partidária hoje. Há um condomínio administrativo e um partido em crise, que está se segurando para não entrar numa depressão profunda. Não existe grupo dirigente. Existe um acordo de funcionalidade partidária e um projeto de Estado vencido”.

Mais adiante, falando sobre o posicionamento da esquerda diante da economia nacional, o ex-governador gaúcho pontuou: “Nós não podemos imaginar que vamos nos retirar da ordem econômica e financeira internacional. Isso não existe mais. Se nós [a esquerda] não respondermos, no plano nacional, de que forma vamos reorganizar o processo econômico do País [...], dificilmente vamos ter condições de sair do tipo de ajuste que está sendo feito neste momento”.

Até esse ponto, pode-se dizer que Tarso Genro, que é um homem sério da esquerda moderada, está pleno de razão. São corretas as críticas que ele faz ao Governo e ao PT. E, de fato, não basta para a esquerda, ao se opor ao modo como é feito o atual ajuste fiscal, recorrer a uma fraseologia pretensamente radical, mas – ao fim e ao cabo – vazia de alternativas concretas que permitam ao País sair da crise econômica em que está metido. É preciso apresentar um projeto factível de médio e longo prazos de desenvolvimento nacional, além de medidas que no curto prazo respondam ao momento mais agudo da crise, dentro dos marcos do capitalismo deste início de século, que dêem conta de responder aos interesses da maioria da população brasileira. Caso contrário, a esquerda perderá o debate para as forças conservadoras sem nem ter a chance de travar o embate político em torno dos projetos e saídas para a crise.

Tarso também defendeu a conformação de uma nova frente política no Brasil para revigorar o projeto de esquerda. A princípio, mais uma bola dentro do ex-governador do Rio Grande do Sul. O problema é que essa proposta de Tarso é maculada por um pecado original: Genro ainda insiste na tese da “refundação” do PT, que teria dessa forma um papel central nessa nova frente.

A Ação Crítica defende firmemente a necessidade de reorganização da esquerda brasileira. E a conformação de uma frente ampla e não dogmática é um passo importante nessa direção. Mas entendemos que o PT precisa ser superado. O partido passou-se definitivamente para o lado da manutenção do *status quo*. Não há refundação possível para que o PT volte a ser de esquerda. Por isso, ainda que diversos setores e figuras do partido (como o próprio Tarso) caibam certamente num processo de reorganização da esquerda brasileira, o PT, enquanto partido, não cabe. Incluí-lo nessa nova frente política seria matá-la já em seu nascedouro.

Reforma da Previdência tem que vir acompanhada de Reforma Tributária

E meio à votação, no último dia 13, da Medida Provisória do Governo revendo regras de benefícios previdenciários, a Câmara dos Deputados aprovou medida flexibilizando o chamado fator previdenciário, que restringe o acesso aos valores integrais de aposentadoria conforme aumenta a expectativa de vida no país. O Governo Dilma avalia a possibilidade de vetar a alteração no fator caso a proposta seja também aprovada no Senado, e estuda alternativas à alteração da regra.

Segundo matéria do jornal O Globo publicada no dia 15, o consultor da Câmara dos Deputados e ex-secretário da Previdência Social, Leonardo Rolim, calcula que o impacto da medida nos cofres do Governo seria de R\$ 40,6 bilhões em dez anos e de R\$ 2,5 trilhões em 35 anos. Para a professora Margarida Gutierrez, da Coppead-UFRJ, ouvida pela mesma matéria, “a medida vai arrebentar as contas públicas. O financiamento da Previdência do cidadão brasileiro das próximas gerações estará comprometido”. Já o colunista Merval Pereira escreveu que o Governo deveria aproveitar a oportunidade para promover o debate acerca de uma reforma da previdência.

De fato, a questão da previdência precisa ser tratada sem demagogia. Como informa a colunista Miriam Leitão no mesmo jornal, no ano passado foram gastos R\$ 394 bilhões, que equivalem a 7,1% do PIB, só com o INSS. O valor arrecadado no mesmo período pelo INSS foi de R\$ 337 bilhões. Ou seja, o governo teve que entrar com R\$ 57 bilhões para cobrir a diferença. Em 2015, esse buraco pode chegar a R\$ 80 bilhões. Não adianta dizer que os recursos para pagar essa diferença vêm de receitas previstas constitucionalmente para a Previdência. O que importa é que a origem do dinheiro é a mesma: o caixa do Governo, o que quer dizer, em última instância, o bolso do contribuinte. No orçamento geral da União, os gastos previdenciários só são superados pela despesa com o serviço da dívida pública. Aí residem os dois maiores gargalos do erário público nacional pelo lado da despesa. E o Brasil ainda é um país com uma população jovem, vivendo sua fase do chamado “bônus demográfico”. Hoje, a população com 60 anos ou mais representa 12% da população total brasileira. Em 2050, representará cerca de um terço.

Uma reforma da previdência, porém, não pode ser pensada separadamente de uma reforma tributária no país, que instaure um sistema progressivo de arrecadação pros cofres públicos, em que os ricos paguem mais do que os pobres em termos proporcionais às suas rendas. E a primeira medida nesse sentido seria aumentar o número de faixas de alíquotas no Imposto de Renda. Caso contrário, a reforma da previdência acabará sendo apenas mais uma forma de fazer os trabalhadores pagarem a conta do equilíbrio das contas públicas.

Já desde nosso [documento de fundação](#), de agosto de 2013, a Ação Crítica defende uma reforma tributária que instaure a progressividade do sistema, e nesse contexto, uma previdência financiada inteiramente pelo Estado, que atribuiria uma renda mínima igual para todos. Quem quisesse manter ou aumentar sua renda teria que fazer sua própria colaboração para fundos específicos.

Essa é a proposta que desde já lançamos para esse debate sobre a questão da previdência, casada com uma imprescindível reforma tributária.

Mapa da Violência confirma uma tragédia brasileira

Foi divulgado no dia 13 o [Mapa da Violência 2015](#), estudo organizado pelo pesquisador Julio Jacob Waiselfisz. Confirma uma tragédia brasileira: a taxa de mortes por arma de fogo cresceu quase 200% em 30 anos e chegou a 21,9 por 100 mil habitantes. Entre os jovens de 15 a 29 anos, o quadro é ainda mais dramático: a taxa anual passou 12,8 por 100 mil habitantes para 47,6 por 100 mil habitantes. Cerca de 25 mil jovens mortos em um ano por armas de fogo. E o cenário nacional só não é mais grave porque houve uma queda nas mortes por arma de fogo na região Sudeste nos últimos dez anos, puxada pela melhora nas taxas nesse período em São Paulo e no Rio de Janeiro. As regiões Norte e Nordeste, por sua vez, foram as que tiveram o maior aumento em suas taxas.

Os jovens que mais morrem são os negros e pobres. É preciso que governos e sociedade atuem imediatamente para estancar essa tragédia.

E as UPPs, hein?

Uma guerra de quadrilhas matou inocentes. Alguns jornais disseram que a PM fez vista grossa diante da invasão. A princípio, parece apenas mais uma notícia sobre a violência no Rio. Mas não é. A área em questão é o complexo do Morro de São Carlos, uma área "pacificada", em tese controlada pela PM.

A facilidade com que os traficantes mandam nas áreas de UPPs mostra a falência destas como política de segurança. É claro que ninguém pode ser contra o afastamento de criminosos de uma favela. Mas isso não corporifica uma política de segurança. Mais de uma vez já foi mostrado que os bandidos se mudam, mas continuam fortemente armados e com áreas liberadas. Pior: ao estender a ação das UPPs, o governo perde o controle das áreas iniciais. A política não se sustenta. Uma fonte da própria Polícia Civil afirmou aos jornais que o atual chefe do tráfico no

morro da Mineira (também com UPP) tem um paiol com 150 fuzis naquela favela! Enquanto isso, os próprios dados oficiais da Segurança no estado mostram que a apreensão de armas só faz cair desde que as UPPs começaram a ser instaladas.

Não há política de segurança que não desmonte as quadrilhas e desarme e prenda os criminosos. Para isso, é preciso um trabalho de inteligência e investigação. O governo fez pouco nesta área. Fez pouco também para limpar a própria polícia, que tem setores ligados ao tráfico e continua sendo especialista em matar inocentes.

Vamos ver se o debate sobre segurança volta a ter bases realistas, fora da demagogia.

Revisão da Lei de Licitações: controlar não pode ser burocratizar

No último dia 14, O Globo trouxe duas páginas com um importante debate: a revisão das normas que regem os processos licitatórios para a contratação de obras e serviços na Administração Pública no País. As matérias, que podem ser lidas nos links abaixo, trazem opinião de especialistas e experiências internacionais (Estados Unidos e Europa).

Vale a pena a leitura. Pois não resta dúvida de que a legislação de licitações precisa ser modernizada, tanto para garantir maior controle contra a corrupção, quanto para dar maior agilidade e eficiência à gestão pública. O que não pode é burocratizar mais os processos que já são pra lá de burocráticos. Nem querer que a Petrobras volte a se submeter integralmente aos trâmites previstos na Lei 8.666 de 1993 (Lei de Licitações), abrindo mão do regime simplificado de contratação instituído quando da quebra do monopólio da exploração, no final da década de 1990. Isso significaria inviabilizar a participação da empresa no mercado. Além do mais, a experiência está aí para provar, a cada dia, que o rigor burocrático da Lei de Licitações atual está muito longe de coibir a corrupção na contratação de obras e serviços Brasil afora.

<http://oglobo.globo.com/economia/infraestrutura/nas-licitacoes-lei-ainda-falha-16152630>

<http://oglobo.globo.com/economia/infraestrutura/regime-simplificado-de-compras-para-petrobras-cria-brechas-16152684>

<http://oglobo.globo.com/economia/infraestrutura/nos-estados-unidos-supervisao-de-obras-feita-dentro-fora-do-governo-16152652>